

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2013 – NÚMERO 15/2013

Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e treze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente, Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira Vereadores.

O Presidente deu início à reunião eram dezoito horas e vinte minutos.

ACTAS

O Presidente informou que há uma acta para aprovação. Passou-se à apreciação e votação da acta n.º 12/2013 de 11 de Junho de 2013, que foi aprovada por maioria, com a abstenção dos vereadores Carlos Jorge e Sónia Sanfona por não terem estado presentes na reunião.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 29 de Julho de 2013.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da câmara deu início a este período.

A vereadora Regina Ferreira perguntou o ponto de situação relativamente à morte de peixes na Barragem dos Patudos, perguntou se já abriu ao público o Parque de Campismo, perguntou o ponto de situação sobre o Canil Municipal.

O presidente da câmara relativamente à Barragem dos Patudos, informou que nesta fase a situação está estabilizada, que houve uma tentativa de oxigenação das águas feita com barcos em articulação com as entidades que colaboraram connosco na obtenção de respostas para o problema, mas terá de ser feita uma intervenção de fundo de maneira a resolver o problema de forma permanente, e deixou um melhor esclarecimento para o vereador Carlos Jorge. Sobre o Parque de Campismo informou que ainda não abriu, embora fosse intenção da concessionária abrir o espaço em Julho, mas não foi possível porque não reunia as condições exigidas pela câmara e pela legislação, mas há a possibilidade da estrutura abrir nos primeiros dias de Agosto. Sobre o Canil Municipal disse que é um edifício Municipal antigo e passível de recuperação, mas o funcionamento do Canil é da responsabilidade da junta de freguesia.

A vereadora Sónia Sanfona perguntou como estava a situação da recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho, uma vez que tinha ouvido dizer que haveria uma redução de efectivos no Posto da GNR de Alpiarça e que haveria apenas uma patrulha para todo o concelho de Alpiarça e de Almeirim. O presidente da câmara informou que depois das várias reuniões não só com o ministro da Administração Interna, com o Secretário de Estado, mas também com o Comandante Distrital da GNR e com a Direcção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI, o arquitecto desta câmara municipal, Artur Cabreira, foi encarregue de executar o projecto de reabilitação e remodelação, que tem vindo a ser desenvolvido em sintonia com os respectivos serviços do ministério. Acrescentou que haverá outras reuniões a agendar de modo a que o edifício seja reabilitado de forma completamente gratuita para o município, logo que abram as candidaturas aos fundos comunitários. Houve de facto uma redução de efectivos no Posto da GNR de Alpiarça e a tendência é para criar meios mais especializados de resposta imediata, mas quanto ao policiamento de proximidade o presidente diz que não tem conhecimento que se reduza tudo a uma única patrulha e irá procurar inteirar-se sobre o assunto.

O vereador Carlos Jorge sobre o problema da morte de peixes na Barragem dos Patudos acrescentou que a situação está estabilizada e que há pelo menos três semanas não aparecem peixes mortos. Sabe-se que há uma grande quantidade de algas que consomem o oxigénio da água e terá de ser feita uma intervenção com arejadores para oxigenação das águas, ou a abertura da válvula de fundo que neste momento está avariada ou inutilizada e terá de ser substituída. Sobre o canil disse que a última recolha de cães se fez há cerca de dois a três meses, salvo uma ou outra recolha pontual a pedido de munícipes.

O vereador João Arraiolos, corroborou a informação do presidente da câmara e informou sobre o Parque de Campismo que a concessionária estava a tratar do pedido de vistoria para a obtenção de licença de utilização e que haveria a intenção de abrir nos próximos dias.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 - Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português - Agrupamento 1301 – Alpiarça, vem agradecer a cedência dos autocarros municipais para uma actividade do Agrupamento nos dias 7, 8 e 9 de Junho, em Portalegre.

Foi dado conhecimento.

Ponto 2 - Instituto Politécnico de Santarém e a Comissão Organizadora do 1.º Cruzeiro Religioso dos Avieiros e do Tejo, reconhecem e agradecem o empenho, a colaboração e a disponibilidade da câmara municipal pelo apoio dado às embarcações e peregrinos que participam no 1.º Cruzeiro Religioso dos Avieiros e do Tejo que partiu de Constância a 25 de Maio e terminou na Trafaria a 1 de Junho de 2013.

Foi dado conhecimento.

Ponto 3 - Grupo Parlamentar – PCP, informa o teor das propostas de alteração à Lei n.º 103/97, Regime Fiscal das Sociedades Desportivas - Isenção total ou parcial de IMT, entretanto aprovadas no debate da especialidade da referida proposta de lei.

Foi dado conhecimento.

Ponto 4 - Grupo Parlamentar – PCP, informa que as propostas de alteração à Lei n.º 91/95, que “estabelece o Processo de Reversão das AUGIs – Áreas Urbanas de Génese Ilegal”, serão objecto de discussão e votação na sessão plenária de 24 de Julho.

Foi dado conhecimento.

Ponto 5 - Grupo Parlamentar – PCP, informa sobre as propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, Apreciação Parlamentar do PCP ao DL 91/2012 (Alteração de Currículos do ensino básico e secundário).

Foi dado conhecimento.

Ponto 6 - Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local – STAL.

Carta Aberta dirigida às autarquias locais contra o aumento do horário semanal de 35 para 40 horas semanais.

Foi dado conhecimento.

Ponto 7 - Município de Alpiarça - Relação de todas as adjudicações efectuadas ao abrigo do parecer genérico de 01/06/2013 a 30/06/2013 - Informação interna n.º 8/2013 – Secção de Compras, data de 17 de Julho.

Foi dado conhecimento.

Ponto 8 - Município de Alpiarça - Concurso Público n.º 2/2013/CCE, através de Acordo Quadro CIMLT - Aquisição de Refeições Escolares - Despacho à Informação n.º

31/Gabinete Educação/2013, de 10 de Julho, Aprovação de erros e omissões - prorrogação de prazo para apresentação de propostas.

O presidente da câmara deu as necessárias informações e disse que este despacho vem para ratificação do executivo e submeteu o ponto a discussão. As vereadoras Regina Ferreira e Sónia Sanfona colocaram algumas dúvidas sobre a elaboração da Informação Interna que deu origem ao despacho do presidente da câmara. O presidente esclareceu as vereadoras sobre as suas dúvidas com a ajuda da chefe de divisão administrativa e financeira. Posto o ponto à votação foi aprovada por maioria com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira. A vereadora Regina Ferreira fez declaração de voto dizendo que se abstinha considerando que a informação não estava clara e que não tinha acesso a toda a informação e se mantinham algumas dúvidas.

Ponto 9 - Município de Alpiarça - Divisão de Obras Planeamento e Urbanismo - Espaços exteriores e Edifício de apoio da Casa Museu dos Patudos, Alpiarça – Relatório da situação do Muro da Casa Museu. Informação Técnica n.º 48 de 9 de Julho 2013, do Serviço Técnico de Obras, a qual tinha a seguinte redacção:

“Informação Interna n.º 48 / 2013 de 09 de Julho de 2013. Relatório da situação do Muro da Casa Museu - Mr7 e Mr8.

Constitui a presente informação uma breve descrição dos acontecimentos/situação do Muro posterior e lateral da Casa Museu contíguo à adega e Estádio, referido em projecto como Mr7 e Mr8 para os efeitos tidos por convenientes .

O projecto de execução do mencionado muro foi aprovado por este executivo em reunião de Câmara Municipal de 16.04.2012 (por maioria com abstenção da Sr.ª Vereadora Regina Ferreira).

O referido projecto constitui ainda peça física integrante da componente da 2.ª Fase dos Arranjos Exteriores da Casa Museu designada por *Espaços Exteriores e Edifício de Apoio da Casa Museu dos Patudos* da Operação ALENT - 08 - 0347 - FEDER - 000489 - Casa Museu dos Patudos - contemplada na candidatura ao Programa Operacional do Alentejo também designado INALENTEJO que mereceu parecer prévio favorável do IMC - Instituto dos Museus e da Conservação – em 31.08.2011.

Para inclusão deste projecto na Operação referida, promoveu-se a reprogramação física da candidatura a qual mereceu aprovação da Comissão Directiva do Programa em 8.11.2012, passando desta forma este projecto físico de execução a constituir peça integrante da operação e a obrigar o Município ao seu integral cumprimento.

Nos termos desta reprogramação e tendo por base a premissa então vigente do Programa da necessidade de encerrar esta Operação (física e financeiramente) até 30.05.2013, o prazo de execução da obra foi assim imposto por esta necessidade contratual.

Posteriormente e após diligências com a Unidade de Gestão do Programa foi aberta a possibilidade de estender extraordinária e *impreterivelmente* o encerramento físico e financeiro da Operação até 30.09.2013, o que motivou a apresentação de uma reprogramação extraordinária que apesar de permitir uma eventual prorrogação dos trabalhos físicos por mais 2 meses (final em Julho 2013) manteve a condicionante crítica do desenvolvimento do programa de trabalhos num prazo curto de tempo curto.

Note-se que qualquer auto de trabalho e respectiva quitação de despesa que venha a ocorrer após esta data não será considerada para financiamento, o que implica perda de verbas.

Por deliberação de CM de 5.Abril.2013 foi deliberado por unanimidade reavaliar a altura do muro em apreço.

No seguimento desta deliberação do executivo e porque esta implica a necessidade de se promover uma alteração ao projecto e a execução de trabalhos adicionais de correcção do executado, foi de imediato solicitado em 08.Abril.2013 não só ao Empreiteiro, como medida cautelar de minimização dos custos de uma eventual correcção, que suspendesse os trabalhos de betonagem do muro previstos para o dia 9.Abril, situação que veio posteriormente a ser alterada a pedido do Sr. Presidente para que se retomassem os trabalhos logo que possível como ao Sr. Arquitecto, autor do projecto, a atenção e disponibilidade para em obra e em conjunto com o Executivo se avaliar esta posição.

No seguimento desta solicitação ao projectista foi em obra efectuada a reunião equacionada na presença do Empreiteiro; da Fiscalização; do Sr. Arquitecto autor do projecto; do Sr. Presidente da Câmara Municipal; do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Celestino Brasileiro do Gabinete de Apoio à Presidência, na qual o Sr. Arquitecto apresentou a fundamentação das suas razões para esta solução.

A ponderação da alteração ao projecto e das diligências posteriores que tornariam necessárias, nomeadamente e em primeiro lugar a elaboração do projecto de alterações pelo projectista, em segundo lugar a submissão da alteração a obtenção de parecer do IMC - Instituto dos Museus e da Conservação – e em terceiro lugar a apresentação junto da Unidade de Gestão do Programa Inalentejo de uma nova reprogramação da candidatura.

Todos estes tempos de diligências e procedimentos ao colocarem em risco o exigente cumprimento das datas de encerramento da Operação e conseqüentemente do recebimento de verbas, são susceptíveis de se considerarem incompatíveis com o Programa QREN e desta forma constituem um importante requisito para que a alteração pretendida merecesse uma forte ponderação e/ou até mesmo a sua inviabilização.

Entende-se desta ponderação e em defesa dos compromissos contratuais assumidos com o QREN não ter resultado da reunião de obra uma tomada de decisão concreta no sentido de se suspenderem os trabalhos ou para se avançar com a reformulação do projecto. Não havendo assim qualquer dado físico que sustentasse uma consulta ao IMC e porque conforme me foi referido pelo projectista a solução aprovada foi a que foi por ele equacionada em sede de alteração ao projecto após sua análise/apreciação pelas Entidades de cultura não foram encetados quaisquer contactos com aquela Entidade.

Relativamente ao QREN a situação estava perfeitamente definida com a aceitação da 3.º Reprogramação Extraordinária – encerramento extraordinário da Operação até 30.Setembro – não havendo, atendendo ao 2.º carácter extraordinário desta reprogramação, qualquer possibilidade de alterar esta data. Na falta de uma decisão para se suspenderem os trabalhos do muro estes prosseguiram de modo a não comprometer

as datas contratuais assumidas e desta forma o mesmo encontra-se quase concluído - falta a sua pintura – estando de pé a deliberação de CM de 5.Abril.2013.

Urge assim tomar uma decisão quanto a esta deliberação, sendo que a demolição do muro ou parte deste, por implicar uma alteração do projecto aprovado, gera perante o Programa QREN uma situação de incumprimento contratual com a consequência das verbas já pagas e reembolsadas com a sua execução serem consideradas não elegíveis e terem assim de ser reembolsadas.

Alpiarça, 09 de Julho de 2013, O Eng.º José Manuel Vaz Portugal De Sousa”

O presidente da câmara disse que esta informação vem no seguimento da aprovação em reunião de câmara de uma proposta da vereadora Sónia Sanfona, de reavaliar a altura dos muros posterior e lateral da Casa Museu, um contíguo à adega e o outro fazendo extrema com o estádio municipal, referido em projecto como projecto Mr7 e Mr8 para os efeitos tidos por convenientes, aprovada em reunião de câmara de 05 de Abril de 2013. Agora há uma informação interna assinada pelo sr. Eng.º José Portugal de Sousa, informando o presidente que despachou para esta reunião de câmara no sentido de ser mantida a deliberação de 16 de Abril de 2012 que aprovou o projecto de execução da segunda fase das obras na Casa dos Patudos, que incluía os ditos muros e submeteu o ponto a discussão.

A vereadora Regina Ferreira disse que gostava de analisar o projecto de arquitectura dos muros. O presidente informou que isso de momento era um bocado difícil, porque o projecto era global. A vereadora Regina Ferreira frisou que se discutiu aqui não só a altura destes muros constantes desta informação, mas também as alterações ao muro da frente e a retirada dos gradeamentos e a substituição da pedra de calçada por saibro. Criticou ainda a redacção da informação em apreço que dá ideia que há um projecto apenas para os muros quando não é assim. A vereadora Sónia Sanfona também opinou que da redacção da informação resulta a ideia que há um projecto especificamente para os muros, que teria vindo à câmara para aprovação à parte , mas isso é errado porque o projecto tem de ser entendido de forma global. A vereadora Sónia Sanfona disse que queria tecer mais algumas considerações à cerca das obras dos arranjos exteriores do museu dos Patudos. Disse que o PS e a sua representação neste executivo, não entendeu bem a necessidade de fazer um conjunto de alterações ao projecto inicialmente proposto dos arranjos exteriores do museu, porque não havia disponibilidade temporal e financeira, e isso está agora mais que comprovado, para refazer o projecto de exteriores, tanto mais que a câmara teve de pagar para refazer o

projecto e considerou que apesar de se prescindir do salão de chá, da loja do museu e do bar tal como estavam inicialmente projectados, a eventual diminuição dos custos nessas obras não é directamente proporcional à mais-valia que seria trazida pelo projecto inicial. Opinou que se poupa realmente numa fase imediata, mas que isso nos irá sair caro, porque há um conjunto de coisas que foram modificadas, obedecendo a uma lógica de retorno da Casa dos Patudos às suas origens, inclusivamente refazendo o bosque e voltando-se à colocação de saibro nas ruas. A Vereadora acha que a altura prevista para os tais ditos muros na traseira e na lateral, apanhou de surpresa todo o executivo, tanto mais que em reunião de câmara do dia 05 de Abril de 2013, e por proposta sua, a câmara deliberou por unanimidade reavaliar a altura dos muros posterior e lateral, agora apelidados nesta informação como projectos Mr7 e Mr8. Acrescentou a vereadora que, e pode ler-se na informação técnica, *“No seguimento desta deliberação (...) foi de imediato solicitado em 08.Abril.2013 não só ao Empreiteiro, como medida cautelar de minimização dos custos de uma eventual correcção, que suspendesse os trabalhos de betonagem do muro previstos para o dia 9.Abril, situação que veio posteriormente a ser alterada a pedido do Sr. Presidente para que se retomassem os trabalhos logo que possível (...)”*. esta ordem de suspender as obras num dia e retomá-las no dia seguinte é a prova que se andou aqui a fazer crer que poderia haver alterações na altura do muro, mas que afinal não era uma situação verdadeira e andou-se aqui alguns meses a fingir que se consultava uma série de entidades, mas nunca foi intenção fazê-lo, para que se não protelasse a data de conclusão das obras para além da data prevista, até porque em Setembro há eleições e somos confrontados com a conclusão da informação técnica: *“Na falta de uma decisão para se suspenderem os trabalhos do muro estes prosseguiram de modo a não comprometer as datas contratuais assumidas e desta forma o mesmo encontra-se quase concluído - falta a sua pintura – estando de pé a deliberação de CM de 5.Abril.2013. Urge assim tomar uma decisão quanto a esta deliberação, sendo que a demolição do muro ou parte deste, por implicar uma alteração do projecto aprovado, gera perante o Programa QREN uma situação de incumprimento contratual com a consequência das verbas já pagas e reembolsadas com a sua execução serem consideradas não elegíveis e terem assim de ser reembolsadas”*. Opinou ainda a vereadora Sónia Sanfona que a própria maioria do executivo mudou um pouco de

opinião e surgiu a concordância com o arquitecto que elaborou o projecto e com o aspecto final do muro que seria revestido com hera e vinha virgem e que durante este tempo todo nunca houve vontade política de alterar a altura do muro e em conclusão a vereadora sustentou que a altura do muro nunca mudou porque a maioria do executivo nunca o quis verdadeiramente. Disse que o essencial que deve ficar depois deste processo e que fica demonstrado é que a maioria CDU assume inteiramente o projecto de requalificação que ali está, dá-lhe o seu aval, põe-lhe a sua chancela, e isso significa que é um projecto da sua opção, da sua escolha, com o qual concorda e que inaugurará brevemente. No que toca às vereadoras do PS o que deve ficar registado é que, designadamente em relação àqueles muros posterior e lateral, as vereadoras estão frontalmente contra àquela estrutura e à altura que tem e que estiveram sempre abertas a que tivesse sido feito a menor altura ou substituído por outro tipo de estrutura e repudiam completamente aquele muro tal como está independentemente da defesa que tem sido feita pelo autor do projecto e pelo próprio Presidente da Câmara, não só em varias reuniões do executivo e também na assembleia municipal e finalizou dizendo que e o Município e o Museu não ficam beneficiados.

O presidente de câmara referiu que o processo deverá ser encerrado, porque já vai longo, que poderíamos ter ficado logo por ali em Abril de 2013, registando apenas estas considerações defendidas pela vereadora Sónia Sanfona que são perfeitamente legítimas, e avançar-se com os trabalhos, assim como avançaram, porque tinha mesmo de ser assim, porque de outra forma inviabilizar-se-ia do ponto de vista financeiro a comparticipação do projecto. Considerou que Alpiarça ficou melhor servido com esta intervenção na Casa dos Patudos e é uma mais valia não só para o concelho de Alpiarça mas para o país. Voltou a defender todos os arranjos interiores e exteriores da Casa dos Patudos, a requalificação do edifício, a própria entrada que ficará com um grande impacto, o jardim frontal e voltado à estrada nacional, com uma enorme visibilidade sobre a casa e a zona sul onde as antigas cavaliças em ruínas irão dar lugar a uma zona ajardinada e a um edifício polivalente de onde há uma vista enorme para a lezíria. O presidente disse que na assembleia municipal se desvalorizaram as obras dos Patudos e da Praça do Município, afirmando-se que eram obras de fachada, que eram a vergonha do município. Foram os deputados Fernando Ramalho, Graciete de Brito e Paulo Sardinheiro, pessoas eleitas nas listas do PS que alegaram que em vez de se fazer

as obras se devia afectar o dinheiro à Acção Social. Continuou afirmando sobre o projecto das Obras dos Patudos que havia que refazer o projecto ou pelo menos acabá-lo, o que foi deixado a este município foi uma primeira fase da intervenção preparada e não paga e da segunda fase apenas uma ideia global mas que não tinha todas as peças necessárias a um concurso, e aí surgiu-nos a oportunidade de reformular o tal salão de chá e transformá-lo numa coisa socialmente e culturalmente muito mais interessante e muito mais valorizadora do espaço do Museu e aliviá-lo financeiramente sendo que a comparticipação das obras incluindo bonificações situa-se neste momento em noventa e cinco por cento do custo total. Mais disse que se vai tentar devolver a todo o espaço o seu aspecto original, incluindo um bosque e que na realidade os corpos estranhos à edificação e espaço envolvente é a adega, a habitação e os balneários do estádio municipal, que agora se encontram ocultados pelos muros posterior e lateral.

Quanto à decisão de reavaliação do projecto, foi apresentada uma proposta de um elemento do executivo que em termos de democracia local foi aceite e aprovada por unanimidade, proposta essa que não inviabilizava a continuação dos trabalhos, porque a proposta de diminuição imediata da altura do muro não foi aceite. Mas com toda a clareza foi dito pela maioria do executivo que se iria discutir o assunto e esperar por uma avaliação técnica, mas que em princípio a maioria neste executivo iria manter o projecto de arquitectura e isso foi assumido e defendido em reuniões de câmara e de assembleia municipal até com a projecção de fotografias que procuraram mostrar o aspecto final a dar ao muro. Teria sido fácil, disse o presidente, ter rejeitado a proposta da vereadora Sónia Sanfona nessa reunião de Abril, a maioria poderia fazê-lo e o assunto teria morrido por ali.

O presidente pôs à votação da proposta de manter a deliberação de 16 de Abril de 2012 que aprovou o projecto de execução da segunda fase das obras na Casa dos Patudos. A proposta foi aprovada por maioria com os votos contra das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira.

Ponto 10 - Município de Alpiarça - Divisão de Obras Planeamento e Urbanismo - Espaços exteriores e Edifício de apoio da Casa Museu dos Patudos, Alpiarça – Prorrogação de prazo de conclusão da obra - Informação Técnica n.º 51, de 18 de Julho de 2013, do Serviço Técnico de Obras.

O presidente da câmara deu algumas explicações constantes desta informação e pôs o ponto à discussão e posterior votação. A proposta de autorizar prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos dos Espaços exteriores e Edifício de apoio da Casa Museu dos Patudos - Alpiarça, até 15 de Agosto de 2013 foi aprovada por maioria com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira,.

Ponto 11 - Município de Alpiarça - Divisão de Obras Planeamento e Urbanismo - Espaços exteriores e Edifício de apoio da Casa Museu dos Patudos, Alpiarça – Instalação de rede CCTV - Informação Técnica n.º 52, de 22 de Julho 2013, do Serviço Técnico de Obras.

O presidente da câmara deu algumas explicações sobre o assunto e pôs o ponto à discussão, tendo a vereadora Sónia Sanfona questionado se a colocação destas câmaras de vigilância carecia de parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados. O presidente da câmara disse que já existiam câmaras e que se trata da sua substituição, encarregou no entanto o vereador Carlos Jorge de averiguar esta preocupação da vereadora. O ponto foi posto à votação tendo a Instalação de rede CCTV, nos termos e fundamentos da Informação Técnica em epígrafe, sido aprovado por maioria com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira.

Ponto 12 - Município de Alpiarça - Divisão de Obras Planeamento e Urbanismo - 5.º Adicional ao Contrato da Empreitada de “Espaços exteriores e Edifício de apoio da Casa Museu dos Patudos, Alpiarça” – Trabalhos Adicionais – Informação Técnica n.º 53, de 25 de Julho 2013, do Serviço Técnico de Obras.

O presidente da câmara explicou o tipo de trabalhos a mais que vêm explicitados nesta informação e pôs o ponto à discussão, tendo surgido a ideia por parte das vereadoras da oposição que o muro lateral direito impediria o normal estacionamento do autocarro, uma vez que “entrou no passeio”. Presidente da câmara e vereador Carlos Jorge demonstraram que o muro tem o alinhamento do muro do Estádio Municipal e do muro frontal da Casa dos Patudos e que o autocarro estacionará onde sempre estacionou. O ponto foi posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta do presidente da câmara nos termos e fundamentos da Informação Técnica em epígrafe.

Ponto 13 - Município de Alpiarça – Serviços Jurídicos – Aprovação da Minuta do 1.º Adicional ao contrato de empreitada de “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho” – Serviços Jurídicos, informação n.º 32, de 25 de Julho de 2013.

O presidente da câmara explicou qual o tipo de trabalhos a mais que vêm explicitados nesta informação e pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta do presidente da câmara nos termos e fundamentos da Informação Técnica em epígrafe.

Ponto 14 - Município de Alpiarça - Proposta de Deliberação do Sr. Presidente de Câmara – Declaração de caducidade do processo de loteamento n.º 1/2010.

O presidente da câmara explicou que os pontos 14, 15, 16 e 17 da Ordem de Trabalhos da reunião de câmara de hoje respeitam a propostas de caducidade de processos de licenciamento de obras ou loteamentos, preparadas e apresentadas no seguimento de auditoria realizada pela Inspeção-Geral das Finanças à câmara de Alpiarça, nomeadamente à área dos Serviços de Obras e Urbanismo e pôs o ponto à discussão. Não havendo intervenções dignas de registo foi a declaração em epígrafe posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade nos termos e fundamentos constantes da mesma.

Ponto 15 – Proposta de Deliberação do Sr. Presidente de Câmara – Declaração de caducidade do processo de loteamento n.º 4/2010.

Posta a declaração à votação foi aprovada por unanimidade nos termos e fundamentos constantes da mesma.

Ponto 16 – Proposta de Deliberação do Sr. Presidente de Câmara – Declaração de caducidade do processo de obras n.º 5/2010.

Posta a declaração à votação foi aprovada por unanimidade nos termos e fundamentos constantes da mesma.

Ponto 17 – Proposta de Deliberação – Declaração de caducidade do processo de obras n.º 14/2011.

Posta a declaração à votação foi aprovada por unanimidade nos termos e fundamentos constantes da mesma.

TAXAS E LICENÇAS

Ponto 18 - Ana Paula Alves Afonso Falcão Neves - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma festa, sito na Rua José Relvas, n.º 242, em Alpiarça,

com início no dia 13 de Julho, às 23h e termo no dia 14 de Julho, às 02H. Proposta de ratificação do despacho do presidente de câmara.

Posta a proposta à votação foi aprovada por unanimidade a ratificação do despacho do presidente de 10 de Julho de 2013, que autorizou a licença.

Ponto 19 - Maria Prazeres Fitas Silva - Requerimento de Licença Especial de ruído para a realização de uma festa, no Café O Fadista, sito na Rua José Relvas, n.º 165, em Alpiarça, com início no dia 13 de Julho, às 23h e termo no dia 14 de Julho, às 02H.

Proposta de ratificação do despacho do presidente de câmara.

Posta a proposta à votação foi aprovada por unanimidade a ratificação do despacho do presidente de 10 de Julho de 2013, que autorizou a licença.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 20 - Município de Alpiarça - Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração n.º 10 /2013.

Foi dado conhecimento.

Ponto 21 - Município de Alpiarça - Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP'S – alteração n.º 10 /2013.

Foi dado conhecimento.

Ponto 22 - Município de Alpiarça - Serviço de Contabilidade - Modificação ao Orçamento – Alteração n.º 11 /2013.

Foi dado conhecimento.

Ponto 23 - Município de Alpiarça - Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP'S – alteração n.º 11 /2013.

Foi dado conhecimento.

PONTO ADITADO À ORDEM DO DIA:

Ponto 1 - Município de Alpiarça - Gabinete de Acção Social Informação Interna, n.º 30/AS/2013 – Aprovação do Orçamento para a candidatura ao programa SOLARH – Requerente: Maria da Graça Feliciano Coutinho, para o prédio sito na Rua Manuel Nunes Ferreira, n.º 111, em Alpiarça. O presidente da câmara deu a palavra ao vereador João Arraiolos que explicou que se trata de uma candidatura ao Programa SOLARH, que é um programa de ajuda à reabilitação de imóveis degradados, em que é concedido um empréstimo para obras e que o orçamento das obras vem à aprovação

do executivo municipal, para ser enviado ao IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Posto à votação o ponto foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo presidente da câmara, eram vinte horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, exercendo funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.